

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	11
<i>Nota à 7ª edição</i>	15
<i>Siglas e abreviaturas</i>	19

CAPÍTULO 1

ORIGENS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Perfil constitucional	35
2. Raízes remotas	37
3. Origem mais mencionada	38
4. Origens lusitanas do Ministério Público brasileiro	40
5. Conclusão sobre as origens da instituição	42
6. Origem da expressão “Ministério Público”	44

CAPÍTULO 2

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

1. Do Brasil-Colônia aos nossos dias	47
2. O Ministério Público nas Constituições anteriores	51
3. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	54
4. A Lei Orgânica do Ministério Público da União	56

5.	O Ministério Público paulista.....	56
----	------------------------------------	----

CAPÍTULO 3

VISÃO CRÍTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1.	A formação profissional do promotor de Justiça	61
2.	O recrutamento do promotor de Justiça	63
3.	Campo de atuação do Ministério Público	67
4.	As primeiras dificuldades do promotor de Justiça.....	69
5.	Destinação institucional.....	76
6.	A presença social do Ministério Público	77
7.	O Ministério Público e a ética	82
	a) Os deveres, as proibições e os impedimentos.....	85
	b) Os preceitos éticos	88

CAPÍTULO 4

TRABALHOS PREPARATÓRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE 1988

1.	Origens próximas do texto constitucional de 1988.....	91
2.	Antecedentes da <i>Carta de Curitiba</i>	92
	a) O VI Congresso Nacional do Ministério Público	93
	b) A pesquisa da Conamp	93
	c) O Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais	94
3.	A Carta de Curitiba.....	94

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DO TEXTO CONSTITUCIONAL

1.	Visão geral.....	108
2.	Posicionamento constitucional.....	112
3.	Dispositivos comuns.....	116
4.	Conceito.....	116
	a) Instituição permanente de caráter nacional.....	117
	b) Zelo das principais formas de interesse público	118
	c) O Ministério Público e a função jurisdicional	120
	d) A defesa da ordem jurídica	122
	e) Ministério Público e democracia	123
	f) Defesa dos interesses indisponíveis	126

5.	Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência	127
6.	O princípio do promotor natural e as designações do procurador-geral.....	134
	a) O promotor natural.....	134
	b) O poder de designar.....	140
	c) A recusa do designado.....	145
	d) Controvérsias sobre as diligências no inquérito policial....	148
7.	Hierarquia e independência	157
8.	Unidade e indivisibilidade do Ministério Público diante da incompetência do juízo	158
9.	Autonomia institucional.....	159
	a) A autonomia funcional da instituição.....	163
	b) Autonomia administrativa e financeira.....	164
	c) A executoriedade dos atos.....	171
	d) Iniciativa do processo legislativo.....	172
10.	Os vários Ministérios Públicos	175
	a) Ministério Público da União e Ministérios Públicos dos Estados	177
	b) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	178
	c) Ministério Público Federal, do Trabalho e Militar.....	181
11.	O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	181
12.	O procurador-geral da República.....	188
	a) Quem pode ser procurador-geral da República.....	192
	b) Destituição do procurador-geral da República.....	196
	c) Substituição do procurador-geral da República	197
13.	Os demais procuradores-gerais.....	198
	a) A investidura.....	198
	b) A vacância do cargo	204
	c) A destituição	207
	d) Substituição	211
	e) Apreciação conclusiva.....	212
14.	Litisconsórcio de Ministérios Públicos.....	213
15.	Organização, atribuições e estatuto	217
16.	Garantias e prerrogativas	221
	a) Independência funcional, inamovibilidade e promotor natural	225
	b) Vitaliciedade e perda do cargo	233
	c) Irredutibilidade de subsídios.....	245
	d) A questão do teto remuneratório	247
	e) Foro por prerrogativa de função	249
	f) Promoção	259
	g) Aposentadoria	261
	h) Direitos previdenciários	262

i) Responsabilidade.....	264
17. Vedações	264
a) Generalidades.....	264
b) Recebimento de honorários ou custas	267
c) Exercício da advocacia.....	268
d) Participação em sociedade comercial.....	270
e) Outra função pública.....	271
f) Atividade político-partidária	279
g) Recebimento de auxílios ou contribuições	285
h) Exercício posterior da advocacia	285
i) A chamada Lei da Mordaza	286
j) Sanções por medida provisória	287
k) Impedimento e suspeição	294
l) Sanções aos membros do Ministério Público	294
18. Crítica ao sistema atual de garantias e vedações.....	295
a) Escolha do procurador-geral	295
b) Inamovibilidade.....	297
c) Irredutibilidade de subsídios.....	298
d) Vedações.....	300
e) A redução de garantias pelo poder constituinte derivado ...	301
19. A opção pelo regime anterior	308
20. Isonomia de subsídios	313
a) Generalidades.....	313
b) Cargos.....	319
c) Agentes	320
d) Funções	321
e) Atributos gerais.....	322
21. Funções típicas	325
22. Funções atípicas.....	325
23. Objetivo comum nas funções típicas e atípicas	330
a) Generalidades.....	330
b) O Ministério Público é parte imparcial?	334
24. Funções privativas e concorrentes e instrumentos de atuação funcional.....	340
a) Ação penal pública	340
b) O defensor do povo.....	354
c) A promoção da ação civil pública e do inquérito civil.....	357
d) Ação de inconstitucionalidade e representação interventiva.....	367
e) Defesa dos interesses das populações indígenas	373
f) Notificações e requisições	375
g) Acesso a informações sigilosas	380
h) Controle externo da atividade policial	384
i) Norma de encerramento	389
j) Legitimação concorrente	391
k) Distribuição de processos	391

25. Vedação de promotor <i>ad hoc</i>	391
26. Residência na comarca.....	392
27. Concurso de ingresso	394
28. A representação da Fazenda	397
29. Dispositivos extravagantes	398
30. O chamado quinto constitucional	401
31. O Conselho Nacional do Ministério Público.....	402
32. As Ouvidorias do Ministério Público.....	407
33. A legislação sobre o Ministério Público	408
34. Conclusão	409

CAPÍTULO 6

A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A Constituição e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público .	412
a) Antecedentes legislativos.....	412
b) A natureza jurídica da LONMP.....	413
c) Consequências da Lei n. 8.625/93	423
2. Conceituação de Ministério Público	425
3. Disposições gerais da Lei n. 8.625/93	426
4. Órgãos do Ministério Público	427
5. Órgãos de administração	431
a) A Procuradoria-Geral de Justiça.....	431
b) O Colégio de Procuradores de Justiça.....	440
c) O Conselho Superior do Ministério Público	442
d) A Corregedoria-Geral do Ministério Público	444
e) As Procuradorias e as Promotorias de Justiça.....	445
6. Órgãos de execução.....	450
a) Atribuições comuns.....	450
b) O procurador-geral de Justiça	451
c) O Colégio de Procuradores de Justiça.....	454
d) O Conselho Superior do Ministério Público	455
e) Os procuradores de Justiça	456
f) Os promotores de Justiça.....	463
g) Os atos executórios	467
7. Órgãos auxiliares	467
a) Os centros de apoio operacional	468
b) A comissão de concurso de ingresso.....	469
c) O centro de estudos e aperfeiçoamento funcional	470
8. Atividades auxiliares.....	470

a)	As atividades de apoio administrativo	470
b)	Os estagiários	471
c)	A Comissão Processante Permanente	474
9.	Pluralidade de membros no mesmo feito	474
a)	A posição clássica.....	474
b)	Insuficiência da solução clássica.....	475
c)	As atribuições previstas na legislação estadual.....	476
d)	Um único membro no processo ou procedimento	478
e)	A curadoria especial do réu ausente	480
f)	Critérios para a solução dos conflitos	481
10.	Foro por prerrogativa de função.....	481
11.	Demais garantias e prerrogativas	486
12.	Deveres	492
13.	Faltas e penalidades	494
a)	Infrações disciplinares.....	494
b)	Sanções disciplinares.....	496
c)	As penas em espécie.....	497
d)	A remoção compulsória.....	499
e)	Critérios para aplicar a pena	500
f)	A prescrição das infrações disciplinares	500
g)	A disponibilidade.....	503
h)	O procedimento disciplinar de ofício	505
14.	Responsabilidade penal, civil, administrativa e política.....	505
15.	Processo administrativo	506
16.	Subsídios, vantagens e direitos	509
17.	Contagem de tempo de serviço	511
18.	O direito a férias	512
19.	Os atos praticados nas férias.....	513
20.	Afastamentos do cargo.....	516
21.	A carreira	519
22.	Defesa da União e consultoria das entidades públicas	534
23.	Justiça Eleitoral	537
24.	Justiça Militar Estadual.....	541
25.	Atuação junto aos Tribunais de Contas	542
26.	Proibição de promotor <i>ad hoc</i>	543
27.	Promoção direta de diligências.....	547
28.	Conflitos de atribuições	549
29.	Dia do Ministério Público	554
30.	Os vetos.....	556
31.	Impedimento e suspeição.....	556

CAPÍTULO 7

A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

1.	O Ministério Público da União.....	563
2.	As atribuições do Ministério Público na LC n. 75/93	566
3.	Órgãos do Ministério Público da União.....	578
4.	Órgãos do Ministério Público Federal	578
	a) A chefia do Ministério Público Federal.....	578
	b) O Colégio de Procuradores da República	579
	c) O Conselho Superior do Ministério Público Federal	579
	d) As Câmaras de Coordenação e Revisão	580
	e) A Corregedoria do Ministério Público Federal	580
	f) Os subprocuradores-gerais da República	580
	g) Os procuradores regionais da República	581
	h) Os procuradores da República	581
	i) As funções eleitorais do Ministério Público Federal.....	581
5.	Os outros ramos do Ministério Público da União.....	582
	a) A organização do Ministério Público do Trabalho.....	582
	b) A organização do Ministério Público Militar.....	584
	c) A organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	585

CAPÍTULO 8

A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

1.	Antecedentes legislativos	587
2.	A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público	593
3.	Os poderes do procurador-geral	596
4.	Organização e estatuto do Ministério Público	601
5.	A carreira do Ministério Público paulista	602
6.	Deveres e vedações	603
7.	Infrações disciplinares	604
8.	Direitos	604
9.	Garantias e prerrogativas	604
10.	Regime disciplinar	604
11.	Penalidades administrativas	606
12.	Processo disciplinar	607
13.	Disposições finais e transitórias.....	608

CAPÍTULO 9

ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL

1.	O processo penal em geral	609
2.	O inquérito policial.....	610
	a) O controle externo da atividade policial	610
	b) O promotor que investiga os fatos	610
	c) O arquivamento do inquérito policial nos tribunais	611
	d) A constitucionalidade do arquivamento de inquéritos	611
3.	O Ministério Público é parte no processo penal.....	612
4.	<i>A parte imparcial</i>	613
5.	Atribuições do promotor de Justiça criminal.....	614
6.	Recomendações diversas	615
7.	O princípio da titularidade da ação penal	616
8.	A ação penal subsidiária.....	617
9.	O processo acusatório	617
10.	O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	617
11.	Ação penal dependente de representação	619
12.	A ação penal pública incondicionada	619
13.	O arquivamento de inquérito em caso de legítima defesa.....	620
14.	Promotorias especializadas	621
15.	Algumas cautelas nos juizados especiais criminais	622

CAPÍTULO 10

ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL

1.	O processo civil em geral.....	623
2.	A obrigatoriedade da ação civil pública	625
3.	A não propositura da ação civil pública.....	626
4.	O Ministério Público parte e fiscal da lei	626
5.	A obrigatoriedade de assumir a ação	627
6.	A desistência pelo Ministério Público	627
7.	Desistência e renúncia do recurso.....	627
8.	A transação.....	627
9.	A obrigatoriedade da execução.....	628
10.	Atuação interventiva.....	629
11.	Vinculação ou desvinculação ao interesse	629
12.	Limites da atuação vinculada	630

13. Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte	630
14. Hipóteses de intervenção protetiva	631
15. Promotoria de Justiça cível	631
16. Promotoria de Justiça de falências	632
17. Promotoria de Justiça de acidentes do trabalho	633
18. Promotoria de Justiça de família	633
19. Promotoria de Justiça da infância e da juventude	634
20. Promotoria de Justiça de registros públicos	634
21. Promotoria de Justiça do meio ambiente	635
22. Promotoria de Justiça do consumidor	636
23. Promotoria de Justiça de mandados de segurança	636
24. Promotoria de Justiça do patrimônio público e social	637
25. Promotoria de Justiça de habitação e urbanismo	638
26. Promotoria de Justiça de direitos humanos.....	638
27. Promotoria de Justiça de repressão à sonegação fiscal.....	639

CAPÍTULO 11

RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A responsabilidade dos agentes públicos	641
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público.....	644
3. A atividade opinativa.....	649
4. A questão da responsabilidade por culpa.....	649
5. A ação de responsabilidade civil	650
6. A denúncia da lide.....	652
7. A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória	653
8. Responsabilidade política	656
9. Litigância de má-fé	658
10. Considerações finais e conclusões.....	661
<i>Bibliografia específica</i>	663
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	677